

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Viniúcius Loures/Câmara dos Deputados



O líder Gervásio Maia anunciou a saída do PSB

Estopim da irritação de Lira tem três letras: PSB

Há, sim, por trás da declaração de guerra do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao governo a questão do poder orçamentário. Esse, porém, é um problema que já havia e que já se sabia que provocaria reação. Um fato adicional, porém, no primeiro dia de retomada dos trabalhos do Congresso parece ter sido o estopim da irritação maior de Lira: a decisão do PSB de sair do bloco liderado

pelo presidente da Câmara. No fundo, tudo gira em torno da mesma questão fundamental: poder. Lira briga pelo orçamento porque esse aumento de poder é uma conquista do Legislativo muito debitada a ele. Lira quer continuar dando as cartas mesmo depois que deixar de presidir a Câmara. E é nesse ponto que a saída do PSB do bloco pode virar um início de problema para ele.

Sucessão

Para manter o poder que tem, é fundamental para Lira fazer seu sucessor. E isso passa evidentemente muito pelo comando da maior bancada possível de deputados. É o que Lira obteve com o bloco que formou. Com o PSB, ele somava 176 deputados.

Disputa

A saída do PSB do bloco coincide com a notícia de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria começado a se movimentar para inflar dois nomes na sucessão de Lira: o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (República-SP), e o líder do PSD, Antonio Brito (BA).

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Lira quer Elmar Nascimento com sucessor

Briga pelo maior bloco já tinha acontecido

O nome preferido de Lira é o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA). Ao ver a movimentação coincidir com a saída do PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin, Arthur Lira enxergou a possibilidade de uma articulação para atrópelá-lo. E reagiu. Vêm daí os recados mais duros do seu discurso na abertura: "Não subestime esta

Mesa Diretora!" Ou: "Errará, insisto, errará grosseiramente qualquer um que aposte numa suposta inércia desta Câmara dos Deputados neste ano de 2024. Seja em razão das eleições municipais (...), seja, ainda, em razão de especulações sobre eleições para a próxima Mesa Diretora". A briga pelo maior bloco já tinha acontecido no ano passado.

Centrão

No início do ano passado, articulou-se a criação de um bloco que uniu MDB, PSD, Podemos e PSC. Com 142 deputados, parecia ser um racha no Centrão a desafiar o poder de Lira. Que logo uniu o Centrão que ficou com ele ao PDT e ao PSB.

Maior

Lira, então, passou a comandar o maior bloco, e manteve o controle da maior parte da Câmara. Com a saída do PSB, seu bloco continuará a ser o maior, com 158 deputados. A não ser que o PSB agora se una ao bloco do MDB/PSD.

Vira

Se o PSB passar para o outro bloco, de 142 ele pula para 160. E fica maior que o bloco de Lira por dois deputados. E a perda poderia ser maior. Como noticiou no Correio Bastidores Fernando Molica, também se cogitou a saída do PDT do bloco.

PDT

Em princípio, Lira parece agora ter conseguido segurar o PDT. Pelo menos foi o que assegurou ao Correio Político o líder do partido, André Figueiredo (CE). Ele garantiu que os 17 deputados do PDT não sairão do bloco de Lira. A briga terá mais capítulos.

Nova acusação de Haddad acirra guerra com Lira

Ministro lançou suspeitas sobre uso de recursos do Perse

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O ano legislativo mal começou e o clima de guerra entre os poderes Legislativo e Executivo vai ficando mais intenso. Nesta terça-feira (6), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viu-se obrigado a cancelar a reunião que faria com líderes da Câmara dos Deputados por conta da beligerância com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Eles iriam discutir a Medida Provisória (MP) do governo federal que determina a reoneração da folha de pagamento dos 17 principais setores da economia. Em conversa com a imprensa em frente ao Ministério da Fazenda, o líder do Governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), afirmou que o encontro foi rearmado para depois do carnaval.

Na segunda-feira (05), o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) fez um duro discurso contra o Executivo, acusando-o de descumprir acordos com o Congresso. O cancelamento da reunião foi interpretado como um movimento de solidariedade dos parlamentares, em especial da oposição, ao discurso de Lira. No entanto, em uma tentativa de amenizar a situação, José Guimarães disse que o encontro foi adiado porque diversos parlamentares não estavam presentes no Congresso devido ao feriado de carnaval. Estreando como novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski fez na terça-feira uma visita de cortesia ao presidente da Câmara, para tentar apaziguar a situação.

Como não teve sucesso com os deputados, Haddad se encontrou no mesmo dia com líderes do Senado Federal. No encontro, o ministro reforçou que a MP foi instaurada na tentativa de se atinger a meta fiscal de déficit zero, que ele persegue com obsessão. No encontro, eles discutiram a



Haddad persegue a meta zero e provoca atritos com Congresso

possibilidade de o texto da MP ser reformulado para um Projeto de Lei (PL), mas nenhuma decisão oficial foi tomada.

MP

Porém, apesar das tentativas em suavizar a situação, o clima não segue amigável. Durante a primeira sessão no plenário do Senado Federal, nesta terça-feira, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) concordou com o discurso de Arthur Lira de que "o orçamento deveria ser decidido pelo Congresso Nacional".

"Ele [orçamento] é uma peça que vem do Executivo, mas cabe a nós [parlamentares] discutir e colocar, ajustar, emendar e aprovar o orçamento. Porque quem conhece o mundo real é quem está na rua, somos nós os parlamentares", disse o senador.

Ele ainda afirmou que a MP da reoneração causa insegurança jurídica para as empresas e que, se o governo enviar de fato o texto, deve vir em formato de Projeto de Lei (PL). Em entrevista ao Correio da Manhã, a jurista Gabriela Rosa

explicou que a tramitação da MP "é muito mais engessada" do que o PL. "A MP segue para apreciação no plenário da Câmara e no plenário do Senado, então tem pouca oportunidade para os parlamentares fazerem as suas contribuições. No projeto de lei, ainda que seja com urgência, o deputado tem mais instrumentos para poder influenciar na redação daquele texto, então ele acaba tendo uma margem para contribuir melhor com a discussão", ela explicou.

"A questão da desoneração da folha, propriamente dita, é que é um modelo que envolve uma adesão no início de cada ano pelos contribuintes. Então, eles aderem no começo de todo ano se vão utilizar a Contribuição sobre Receita Bruta, ou se vão ter a tributação na folha. Nesse caso, como é incerto o futuro da medida provisória, o contribuinte fica numa situação sem saber se o instrumento que ele está aderindo vai continuar até o final do ano. Então, é uma situação de profunda insegurança", reforçou a consultora de jurídico.

Pacheco flerta com oposição no ataque à Suprema Corte

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Ana Paula Marques

Na esteira do discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que cobrou duramente o governo na abertura do ano legislativo, o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mirou o Supremo Tribunal Federal (STF) em sua fala. Em um flerte com a oposição, Pacheco garantiu que o parlamento irá discutir as decisões e os mandatos de ministros da Suprema Corte.

Pacheco defendeu ser necessário analisar propostas que atingem diretamente os ministros do Supremo. "Combataremos privilégios e discutiremos temas muito relevantes, como decisões judiciais monocráticas, mandatos de ministros do STF e a reestruturação de carreiras jurídicas", declarou o presidente do Congresso. Ao seu lado, durante o discurso, estava o vice-presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, como representante do poder Judiciário.

O discurso de Pacheco aconteceu pouco após a investigação da Polícia Federal (PF), autorizada pelo STF, que mirou congressistas da oposição, principalmente deputados bolsionistas. Em 18 de janeiro, por exemplo, a PF realizou busca e apreensão no gabinete do líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ). Ele é investigado por possível envolvimento no planejamento e financiamento da tentativa de



Pacheco reforça disposição de discutir poderes do STF

golpe de 8 de janeiro.

Uma semana depois, o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ) foi alvo de busca e apreensão também em seu gabinete, em outra operação da PF. Desta vez, a operação investigava espionagem ilegal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) feita na época em que o deputado comandava a agência.

Na última semana de janeiro, mesmo enquanto o Legislativo estava em recesso, Pacheco recebeu líderes no Congresso que foram cobrar respostas dos presidentes das casas sobre as operações.

Farpas

O presidente do Congresso tem direcionado farpas ao Supremo desde o ano passado, quando pressionou o Parlamento para aprovar as duas Propostas de

Emenda Constitucional (PECs) que prometeu pautar este ano — limitação de mandatos e decisões monocráticas.

Pacheco também defendeu ser preciso fortalecer a autonomia parlamentar em seu discurso na abertura do ano legislativo. "Proteger os mandatos parlamentares é proteger as liberdades. Liberdade de consciência, liberdade religiosa, liberdade de imprensa. Proteger a tão necessária liberdade de expressão", disse.

Segundo o presidente do Congresso, o Legislativo "é o poder mais democrático dos três poderes, pois o controle externo exercido pela sociedade sobre o Legislativo manifesta-se decisivamente a cada eleição, momento em que os cidadãos têm a oportunidade de reavaliar e reafirmar

Perse

Além da reoneração, a MP do governo também propõe o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado em 2021 durante a pandemia de covid-19. No período de recesso, Arthur Lira defendeu a manutenção do Perse. E agora isso abre novo flanco de desavença entre o ministro e o presidente da Câmara.

Haddad acusa o programa de abrir margem para um esquema de lavagem de dinheiro. Os indícios estão sendo investigados por fiscais da Receita Federal após empresas contempladas pelo programa declararem um total de R\$ 17 bilhões, enquanto a previsão do governo era de um gasto de R\$ 4,4 bilhões ao ano.

A acusação de Haddad estreitou ainda mais a relação com Lira, que defende a permanência do programa. Questionado pela reportagem, o professor de Ciência Política na UDF André Rosa avaliou que o atrito pode atrasar as pautas do governo que circulam no Congresso.

"É importante frisar que tudo que se refere ao orçamento existe imbróglgio. Existe uma rota de colisão em que algum lado vai ser mais desgastado. Nessa questão, a MP da reoneração é algo que é importante para o governo, mas por outro lado atinge uma série de interesses no Parlamento e é também uma forma de Lira conseguir contrabalancear em relação ao orçamento. Como nós estamos falando de MP da reoneração, ela atinge ainda alguns 'players' muito poderosos que podem, de uma forma ou de outra, impedir o avanço de algumas pautas do Executivo", afirmou o cientista político.

a legitimidade dos seus representantes", declarou.

Flerte

O discurso de Pacheco é avaliado como um aceno para a oposição, segundo o analista e doutor em política Paulo Kramer. "Nunca tivemos um Congresso com uma presença tão marcante da direita, uma oposição que está na defensiva com todas as ações do Supremo e até mesmo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os presidentes das Casas não poderiam mais ficar calados, principalmente após a pressão feita pelos congressistas", explica.

Em novembro, parlamentares da oposição protocolaram um pedido de abertura para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, se instalada, irá investigar acusações de abusos de autoridade dos dois Tribunais. Os congressistas defendem que os ministros estariam "extrapolando suas competências e tomando para si decisões que são do Legislativo e do Executivo", descrevem no pedido da CPI.

Além de todo esse embate, os parlamentares se sentem ainda mais incomodados com o veto de R\$ 5 bilhões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) às emendas parlamentares de comissão, explica Kramer. As tensões entre os poderes se agravaram ainda no passado, na esteira das estratégias econômicas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tenta manter a promessa de déficit fiscal zero para este ano.